

 10.46943/X.CONEDU.2024.GT01.051

A FORMAÇÃO DE GESTORAS E GESTORES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL ACERCA DO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL¹

Melyssa Thaís Rodrigues da Silva²

José Jackson da Silva Soares³

Alice Victória Simplício Fernandes⁴

Denise Pereira dos Santos⁵

RESUMO

O Trabalho Infantil é definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como qualquer atividade remunerada realizada por quem possui menos de 18 anos, constituindo-se numa violação dos direitos da criança e do adolescente, e tendo repercussões significativas no desenvolvimento psicossocial e educacional. O Plano Municipal de Educação de João Pessoa traz como componente das estratégias para o cumprimento das metas educacionais, a formação continuada dos profissionais, considerando as necessidades e contextualizações dos sistemas de ensino. Atentando a este contexto, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), junto a Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC), e o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador na Paraíba (FEPETI/PB), realizaram, uma formação, via projeto de extensão, intitulada “O Enfrentamento ao Trabalho Infantil pela política municipal de educação”

1 **Relato** acerca das ações do projeto de extensão “O enfrentamento ao trabalho infantil pela política municipal de educação”, aprovado pela Universidade Federal da Paraíba.

2 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, melyssat.rodrigues@gmail.com;

3 Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, jcsilva803@gmail.com;

4 Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, alicevictoria789@gmail.com;

5 Professora Adjunta do Departamento de Fundamentação da Educação, Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, denyyps@gmail.com.

voltada para gestores escolares atuantes na rede educação básica do município de João Pessoa. Essa formação fundamentou-se na perspectiva do desenvolvimento humano segundo a Psicologia Histórico-Cultural, no conceito de extensão como comunicação de Paulo Freire, e nas legislações nacionais e internacionais de defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Metodologicamente, foram realizadas discussões com a equipe organizadora, como também parcerias entre instituições públicas e a disponibilização de profissionais de diversas áreas para realização do projeto. Participaram 249 profissionais, em sua maioria gestoras/es escolares. A formação abordou temas como: definição do trabalho infantil e suas consequências, o papel das políticas intersetoriais, a importância da política de educação, protagonismo juvenil, aprendizagem profissional, papel da gestão na proteção social, e a notificação de casos. Essa experiência reforçou o compromisso ético e político da formação continuada de profissionais, trazendo aos participantes possibilidades de atuação mais crítica, pensando a política de educação como tendo um importante papel na proteção social de crianças e adolescentes trabalhadores.

Palavras-chave: Formação, Gestão escolar, Trabalho infantil, Extensão universitária.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar duas experiências formativas voltadas a gestores escolares da rede pública de educação na cidade de João Pessoa, Paraíba, acerca do tema Enfrentamento ao Trabalho Infantil pela Política Municipal de Educação. Essas foram efetivadas no âmbito de um projeto de Extensão Universitária mais amplo, de título homônimo, que compôs o alicerce para o desenvolvimento das formações desses gestores e que também contemplou, em momentos subsequentes, a capacitação de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos.

O objetivo geral dessas ações foi contribuir com a formação de profissionais da política municipal de educação que atuam na educação básica e nas escolas públicas para o enfrentamento ao trabalho infantil. Sua concretização foi viabilizada pela formalização de um acordo entre três instâncias: o Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC-JP) e o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba (FEPETI -PB).

O trabalho infantil é definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como qualquer atividade remunerada realizada por quem possui menos de 18 anos, constituindo-se em uma violação dos direitos da criança e do adolescente, e tendo repercussões significativas no desenvolvimento psicossocial e educacional. Considerando a legislação nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/90 (Brasil, 1990) traz em seu Artigo 60 o direito à não exploração ao trabalho. É vedada a ocupação laboral às pessoas com menos de 14 anos de idade, sendo que entre os 14 e 16 anos é restrita sua ocupação na condição de aprendiz; entre os 16 e 18 é permitido o trabalho com direitos trabalhistas garantidos, desde que não sejam exercidos trabalhos noturnos, perigosos, insalubres ou ainda aqueles que se encontram na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) - atividades que envolvam escravidão (ou atividades análogas), tráfico de drogas, trabalhos obrigatórios forçados, conflitos armados e exploração sexual comercial - conforme definido pelo Decreto nº 6.481 de junho de 2008, que ratifica o Artigo 3º da Convenção 182 da OIT (Brasil, 2008).

Nesse sentido, o trabalho infantil traz impactos físicos, emocionais e no desenvolvimento educacional, pois a literatura aponta que tem como implicações queda no desempenho escolar, na aquisição de habilidades básicas e na expressão de sentimentos e emoções, como também prejuízos nas habilidades de socialização (Alberto et al., 2006; Santos;

Alberto; Santos, 2013). Dessa forma, a comunidade escolar tem uma participação importante na identificação, notificação, prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil e de outras violações de direitos à criança e ao adolescente, dada sua posição estratégica (Ribeiro et al., 2022). A escola é um espaço onde o aprendizado e o desenvolvimento ocorrem simultaneamente; segundo a teoria da Psicologia Histórico Cultural (PHC), o desenvolvimento e o aprendizado são distintos, porém intimamente ligados. Diante disso, o aprendizado promove o desenvolvimento das funções psicológicas, as quais são moldadas pela experiência pessoal, pela cultura e pelos estímulos ambientais (Vygotsky, 2007).

Alberto (2002) destaca a relação entre o trabalho infantil e os prejuízos na escolarização. Nesse contexto, vale ressaltar a exaustão física e mental, a qual reflete diretamente dificuldades na concentração e assimilação de conteúdo (Silva, 2014). Este aspecto foi apontado no estudo de Cervini (2015), o qual observou que, quanto maior a carga horária laboral, há uma tendência de um menor desempenho escolar. No contexto paraibano, diversos estudos reforçam os achados desse autor, destacando-se um paradoxo: enquanto no ambiente de trabalho as crianças são submetidas a adultização precoce, exercendo uma “autonomia” imposta, no contexto escolar essas mesmas são submetidas a uma abordagem que não considera esses aspectos. A literatura aponta também que o trabalho infantil implica em dificuldades no desenvolvimento de habilidades como: leitura, escrita, compreensão de operações matemáticas, comunicação eficaz e expressão de emoções (Alberto et al., 2006; Alberto; Santos, 2011; Santos; Alberto; Santos, 2013). Ao mesmo tempo, os dados nacionais identificam que, dentre a população entre 5 e 17 anos de idade, 88,04% de crianças e adolescentes estudam e estão em situação de trabalho infantil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2024), dessa forma sendo uma problemática presente na realidade das escolas e impactando direta e indiretamente o ensino.

Sendo essa uma realidade que atinge crianças e adolescentes que, em algum momento, estão inseridas nas escolas, a formação continuada dos profissionais da rede de educação é um dos componentes das estratégias para o cumprimento das metas educacionais presentes nos planos de educação no

âmbito nacional e estadual, devendo considerar as necessidades e contextualizações dos sistemas de ensino (Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil [CONAETI], 2019; Paraíba, 2023).

Na perspectiva de delinear uma política de enfrentamento ao trabalho infantil, o III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador indica objetivos e metas para a garantia de educação pública de qualidade para todas as crianças e os adolescentes através dos seguintes aspectos: garantia de acesso à educação; oferta de educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas atendendo a pelo menos 25% dos alunos da educação básica; capacitação dos profissionais de educação e dos gestores sobre registro das faltas dos estudantes à escola, com especial recorte para aquelas decorrentes de situação de trabalho (Acompanhamento da Frequência Escolar); formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica e dos sistema de garantia de direitos visando o enfrentamento, no contexto escolar, das diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes, dentre elas o trabalho infantil; capacitação e sensibilização dos profissionais da educação sobre o papel da escola no enfrentamento do trabalho infantil (CONAETI, 2019). No Plano Nacional de Educação 2014-2024, é previsto também o acompanhamento socioassistencial das famílias dos estudantes, sobretudo aquelas que são beneficiárias de programas de transferência de renda, o que pode favorecer o acompanhamento de famílias de crianças e adolescentes trabalhadoras (Brasil, 2014).

O projeto de extensão teve também como alicerce a discussão freireana acerca da “extensão” como “comunicação”, considerando o ser humano como em constante transformação. Gadotti (2017) traz que a Extensão Universitária sob a ótica freireana deve ser integrada mais profundamente à realidade sócio-política do país, transcendendo uma postura estritamente centrada no saber acadêmico com um fim em si mesmo. Por esse motivo, há um benefício mútuo entre academia e participantes, no sentido de construção de conhecimento e intervenção em problemáticas sociais e violações de direitos. Nesse sentido, por meio da Resolução nº 61, de 23 de dezembro de 2014, emitida pela Universidade Federal da Paraíba (2014), a Extensão Universitária é definida como uma prática integradora de atividades de pesquisa e ensino de modo que os saberes são inseparáveis e aplicáveis em diversos contextos.

Considerando o exposto, deve-se destacar que a proposta de uma comunicação eficiente defendida por Freire tem relevância no contexto da formação

continuada proposta pelo projeto. Este, por sua vez, representa o convite aos profissionais participantes a não assimilar passivamente conceitos e teorias, mas a pensar formas de aplicá-las de maneira contextualizada e a desenvolver uma consciência crítica em relação às estruturas sociais que perpetuam a exploração da mão de obra infantil juvenil. Assim, a formação continuada dos educadores e o enfrentamento ao trabalho infantil pela política municipal de educação não podem ser vistos como processos isolados, mas sim como parte de um diálogo constante entre teoria e prática, entre os saberes acadêmicos e a realidade vivenciada pelas comunidades. Dessa maneira, promove-se não apenas um espaço de compartilhamento de conteúdos científicos, mas também a produção de saberes enraizados nas dinâmicas sociais específicas de cada contexto. Tendo em vista as ideias de comunicação e troca de experiências, torna-se possível contribuir na construção de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas, capazes de promover o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes e de garantir o acesso universal à educação de qualidade.

Diante do que foi exposto, o projeto estabeleceu diálogos entre instituições do poder público e parceiros da rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente sobre a inclusão da política municipal de educação no enfrentamento ao trabalho infantil. Nesse contexto, as discussões se transformaram em demanda direcionada à universidade, a qual construiu o planejamento de uma formação sistemática que abarcasse conceituações acerca de trabalho infantil, suas implicações, o papel dos diferentes profissionais da educação e outros assuntos que permeiam o cotidiano nesse movimento.

METODOLOGIA

A ideia de se organizar uma formação voltada para profissionais da educação sobre o enfrentamento ao trabalho infantil se construiu a partir de diálogos entre o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente da Paraíba (FEPETI-PB), o Ministério Público da Paraíba e outras instituições que atuam no enfrentamento ao trabalho infantil, convergindo na necessidade da inclusão da política de educação nesse movimento. Desse modo, uma conclusão retirada dessas articulações foi a de que uma formação sistemática sobre temáticas que envolvem trabalho infantil corresponderia a uma estratégia de enfrentamento, conforme previsto nos pla-

nos, e estaria de acordo com a necessidade dos profissionais da educação em estarem em formações continuadas.

Nesse contexto, a demanda foi encaminhada e discutida entre a Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC), FEPETI-PB e UFPB, a qual concordou com a realização da formação. Dessa forma, foi estabelecido um compromisso entre a SEDEC, o FEPETI-PB e o NUPEDIA/UFPB, o que gerou o projeto de extensão, que representa uma ação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A partir disso, foi discutido entre as partes sobre quais profissionais estariam disponíveis, cabendo à SEDEC-JP essa relação e a liberação dos profissionais para participação. Nesse sentido, gestores escolares compuseram o público-alvo da formação. Diante do levantamento do quantitativo de profissionais, da dificuldade destes em deixarem as atividades cotidianas nas escolas para participarem da formação, e da falta de espaços adequados para acomodar os profissionais, equipe do projeto e palestrantes, foi acordado que a realização do evento se daria em duas edições, sendo que em cada uma seriam realizados um curso e, após, um seminário.

A equipe de extensão que executou o projeto foi composta por duas professoras do departamento de Psicologia, da Universidade Federal da Paraíba, duas alunas do programa de pós graduação em Psicologia Social da mesma universidade, duas graduandas e um graduando em psicologia e uma aluna do curso de licenciatura em enfermagem, da mesma instituição. Em relação aos papéis de cada agente desse compromisso, as coordenadoras e as estudantes (graduandos e pós-graduandos) membros do projeto se reuniram semanalmente para discussões teóricas sobre trabalho infantil e desenvolvimento, como também para estruturar o evento, debatendo tópicos como: dias de realização, locais, atividades do curso e do seminário; temas a serem discutidos, quais profissionais colaborariam com falas, funções dos membros durante o evento e quais recursos necessários. Desse modo, a equipe do projeto ficou responsável pela reserva dos locais do curso e do seminário, equipamentos audiovisuais, contato com os profissionais ministrantes dos módulos, auxílio nas inscrições dos participantes via redes sociais, apoio logístico.

A SEDEC-JP colaborou com a disponibilização dos profissionais para participarem, como também com a organização e estrutura dos eventos, em termos de alimentação e espaços de acomodação para a realização das palestras. O FEPETI-PB, além de estar atuante nas discussões de planejamento, participou enviando representante para a abertura do evento fazendo as falas iniciais que

contribuíram para a reflexão dos temas abordados e reforçaram a importância da formação. O fórum contribuiu também com a articulação com ministrantes externos à universidade, solicitando liberação dos profissionais e financiamento de outras instituições para a vinda destes.

Em 2023, a primeira parte da formação foi planejada e concretizada, após isso a SEDEC-JP, o FEPETI-PB e a equipe do projeto se reuniram para relatar, sob diferentes perspectivas, os pontos acertados e os que necessitavam de uma reformulação, acolhendo as demandas dos participantes e da equipe. Desse modo, módulos foram reestruturados de modo a atender questões específicas que foram tidas como importantes. Visto a avaliação positiva em relação à formação, em 2024 foi realizada nova edição da formação com os gestores, com ampliação dos temas trabalhados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como toda atividade de extensão, sua relevância reside em formar os estudantes, futuros profissionais, para atuação na realidade e diálogo horizontal com diversos grupos sociais; e também como contribuição da universidade para a transformação da sociedade. Nesse sentido, nesse projeto houveram dois resultados principais: a formação dos gestores escolares e a formação da equipe de extensão.

A equipe de extensionistas participou ativamente nas reuniões do FEPETI-PB, e no fomento à articulação entre SEDEC-JP e FEPETI-PB, parceria há muito esperada pelas instituições da rede local de defesa dos direitos da criança e adolescente, dada a necessidade da participação das políticas de educação no enfrentamento ao trabalho infantil, a qual, historicamente, não vinha ocorrendo a contento (Santos; Alberto, 2020).

Ao todo foram realizadas onze reuniões semanais de extensão, três encontros com a SEDEC-JP e participação em seis reuniões ordinárias do FEPETI-PB. Com objetivo de entender a importância da formação para os gestores, a equipe de extensão passou previamente por reuniões de formação sobre o trabalho infantil e suas repercussões no desenvolvimento humano e nos processos de escolarização.

Como resultado dos processos descritos anteriormente, foi possível realizar um seminário e um curso sobre o tema Enfrentamento ao Trabalho Infantil pela Política de Educação, com gestores escolares de escolas do Ensino Fundamental.

Destaca-se que, a organização e realização de uma formação estruturada e sistemática sobre o enfrentamento ao trabalho infantil que fosse direcionada aos profissionais da política de educação, é produto de articulações entre poder público, FEPETI-PB e a extensão universitária. Reitera-se que o resultado do presente projeto de extensão responde a meta de formação continuada dos profissionais da rede de educação, pensando em âmbitos nacionais e estaduais.

As formações com os gestores escolares aconteceram em dois momentos: o seminário no ano de 2023 e o curso no ano de 2024, nomeados “O Enfrentamento ao Trabalho Infantil pela política Municipal de Educação”. Com isso houve a capacitação por meio de um seminário de 8 horas aula, onde foi possível a formação de aproximadamente 249 profissionais. Enquanto o curso, com 32h de duração, alcançou aproximadamente 135 gestores administrativos escolares.

O seminário, que aconteceu no ano de 2023, foi realizado em dia único, com duração de 8 horas. Os módulos foram ministrados por profissionais parceiros/as e professoras/estudiosas na área, e que faziam parte das instituições da rede de defesa dos direitos da criança e adolescente locais e nacionais. Tal seminário contou com 6 apresentações no formato de palestras ou mesas redondas, sobre diversos subtemas correlacionados ao trabalho infantil, conforme a Tabela 1.

O formato de seminário foi importante para o fornecimento de conhecimentos iniciais sobre a temática para os/as gestores/as. No entanto, devido ao curto período de tempo para as diversas palestras, uma das limitações observadas foi a possibilidade de participação ativa dos profissionais, devido ao formato de apresentações em auditórios. Nesse momento foi possível apenas abrir espaço para dúvidas e contribuições pontuais, deixando uma lacuna na questão dos debates, trocas de experiências e estudos de caso. Esses pontos levantados foram discutidos entre a equipe do projeto e com as instituições parceiras de modo que, na edição seguinte da formação, a estrutura foi mudada considerando trabalhar outros temas e trazer a participação ativa das/os profissionais.

A estrutura do conteúdo do seminário foi pensada a fim trazer uma sequência lógica dos temas acerca do enfrentamento ao trabalho infantil partindo de uma conceituação do trabalho infantil com base em estudos empíricos e legislações nacionais e internacionais, para seguir com as implicações do trabalho infantil na saúde física e psicológica, incluindo também impactos na aprendi-

zagem, para assim então discutir o papel dos diferentes atores na política de educação e possibilidades de ação.

Tabela 1 - Cronograma do seminário realizado em 2023

Turno	Módulo	Ministrante
Manhã	Definição e legislação sobre o trabalho infantil	Uma docente e pesquisadora do Departamento de Psicologia da UFPB
	Implicações do trabalho infantil para a escolaridade	Uma docente e pesquisadora do Departamento de Fundamentos da Educação da UFPB
	O papel das políticas educacionais no enfrentamento ao trabalho infantil	Uma representante do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI)
Tarde	O papel da gestão escolar na proteção social do discente e a gestão democrática como perspectiva para o enfrentamento das violências	Um docente e pesquisador do Departamento de Habilitações Pedagógicas da UFPB
	O papel da rede intersetorial no enfrentamento do trabalho infantil	Uma representante das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI)
	O papel da política de saúde no enfrentamento ao trabalho infantil: notificação e registro	Um representante do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST)

Fonte: elaborada pelos autores

No turno da manhã, primeiramente, foi abordado no primeiro módulo a conceituação do trabalho infantil por meio de dados teóricos e empíricos, como também a luz da PHC. Essa fala foi ministrada por uma docente da UFPB, pesquisadora da área da Psicologia sobre trabalho infantil. Logo em seguida, foi aberta a discussão sobre as implicações do trabalho infantil na escolaridade, estabelecendo uma relação conectada com a realidade de gestoras(es) escolares.

Por fim, ainda neste turno, promoveu-se um diálogo sobre as políticas educacionais no enfrentamento ao trabalho infantil, participando uma representante do FNPETI, trazendo uma perspectiva mais ampla sobre o impacto do trabalho infantil a nível nacional e o panorama da política de educação nessa problemática.

No turno da tarde, mais três módulos foram trabalhados. Em primeiro lugar, um docente da UFPB, membro do Departamento de Habilitações Pedagógicas,

trouxe um diálogo próximo com as(os) gestoras(es), sobre o papel da gestão escolar, como também trazendo a perspectiva da gestão democrática como ferramenta no enfrentamento ao trabalho infantil. A participação de uma fala mais específica ao papel do gestor escolar traz maiores possibilidades de atuação e reflexão crítica acerca das implicações da profissão no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Em segundo lugar, uma representante do AEPETI trouxe a contribuição da rede intersetorial, da articulação de diferentes áreas que compõem o enfrentamento do trabalho infantil. Isso traz à tona a ideia de que esse movimento é de responsabilidade compartilhada, com cada agente assumindo um papel fundamental.

Por fim, neste turno, se trouxe a perspectiva de um profissional do CEREST para falar da articulação da política de educação com a política de saúde, trazendo também dados e a importância da notificação como ferramenta no enfrentamento ao trabalho infantil. Isso torna importante o diálogo entre diferentes profissionais e a consciência dos instrumentos disponíveis em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Após avaliar o seminário, e cumprindo o cronograma do projeto de extensão, em 2024 foi realizado uma nova formação no modelo de curso, tendo 32 horas de duração, sendo divididas em duas semanas, cada uma com dois dias de evento, seguindo o mesmo modelo de mesa redonda e/ou palestra. Foram trabalhados nove módulos, listados na Tabela 2. Assim como a experiência com o seminário, o curso foi estruturado em uma sequência semelhante partindo da conceituação, abordando implicações do trabalho infantil, também discutindo o papel dos profissionais da educação e as possibilidades de ação. Vale destacar que, devido a duração maior dessa etapa, foi possível trazer experiências de pessoas envolvidas na aprendizagem profissional e na rede de proteção à criança e ao adolescente.

Tabela 2 - Cronograma do curso realizado em 2024

Turno	Conteúdos	Ministrante
Manhã (1º dia)	Trabalho Infantil: violação de direitos humanos e legislação	Um representante da Procuradoria Regional do Trabalho - 13ª Região e membro da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância)
	Trabalho Infantil: definição e piores formas	Uma docente e pesquisadora do Departamento de Psicologia da UFPB

Turno	Conteúdos	Ministrante
Tarde (1º dia)	Consequências psicossociais do trabalho infantil	Uma docente e pesquisadora do Departamento de Psicologia da UFPB
Manhã (2º dia)	O sofrimento psíquico de trabalhadores infantis encarcerados em medidas socioeducativas Impactos da escolarização no desenvolvimento cognitivo e consequências do trabalho infantil para e escolaridade e vida adulta	Uma estudante de graduação em Psicologia e do Programa de Iniciação Científica da UFPB Uma docente e pesquisadora do Departamento de Fundamentos da Educação da UFPB
Tarde (2º dia)	Aprendizagem profissional e enfrentamento ao trabalho infantil	Uma docente e pesquisadora do Departamento de Psicologia da UFPB Um representante de uma instituição do terceiro setor e de um projeto de socioaprendizagem
Manhã (3º dia)	Enfrentamento ao trabalho infantil pela política de educação - Políticas Educacionais, Programas suplementares e enfrentamento ao trabalho infantil	Uma docente e pesquisadora do Departamento de Fundamentos da Educação da UFPB
Tarde (3º dia)	Enfrentamento ao trabalho infantil pela política de educação - O enfrentamento ao trabalho infantil no Plano Nacional de Educação	Uma representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
Manhã (4º dia)	Protagonismo Juvenil e enfrentamento ao trabalho infantil	Representantes da Rede Margaridas Pró Criança e Adolescente
Tarde (4º dia)	Políticas Intersetoriais: o fluxo do trabalho infantil	Duas docentes e pesquisadoras da UFPB Uma analista ministerial do Ministério Público da Paraíba
	Experiências de gestão no enfrentamento ao trabalho infantil	Uma gestora da rede municipal de educação e representante da rede de proteção à criança e ao adolescente

Fonte: elaborado pelos autores

Considerando o decorrer do curso, no turno da manhã do primeiro dia foi trabalhado o primeiro módulo, sendo ministrado por um profissional do Direito, procurador e membro da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª região e coordenador regional da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância). Nesse sentido, foi discutido não apenas como as legislações abordam a questão do trabalho infantil, mas também em como este representa uma violação dos direitos humanos atacando a integridade física e emocional de crianças e adolescentes.

Ainda nesse turno, o segundo módulo foi apresentado por uma pesquisadora e docente do Departamento de Psicologia da UFPB apontando aspectos

teóricos e empíricos trazendo a reflexão junto aos participantes dos estigmas associados à “o que é trabalho infantil?”. No turno da tarde, o terceiro módulo contou com a participação conjunta de duas professoras universitárias da UFPB, seguindo o fluxo das discussões do turno anterior adicionando um panorama sobre os diversos impactos do trabalho infantil não se restringindo a infância e adolescência, mas em como isso traz prejuízos na vida adulta.

No segundo dia, foram trabalhados os módulos quatro e cinco, nos turnos da manhã e da tarde, respectivamente. Primeiramente, uma aluna do Programa de Iniciação Científica da graduação de Psicologia e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância, Adolescência e Juventude (NUPEDIA/UFPB) apresentou os dados de pesquisas desse núcleo sobre as condições psicológicas de jovens que cumprem medidas socioeducativas, cujo foco da investigação foi a presença do trabalho infantil em suas trajetórias de vida e debatendo sobre estigmas do trabalho infantil como algo “positivo” em contraponto com a realidade desses jovens. Após isso, uma docente e pesquisadora do Departamento de Fundamentos da Educação da UFPB abriu a discussão sobre a relação em a escolarização e o desenvolvimento, como também o impacto do trabalho infantil nesse processo. Nesse sentido, a especificidade desse tema é essencial para a reflexão com o público de gestoras(es) sobre como o trabalho infantil impacta diretamente aquilo que faz parte de suas realidades: processo de ensino.

Posteriormente, no turno da tarde, abordou-se a questão da Aprendizagem Profissional, trazendo duas palestras de profissionais parceiros do projeto. A primeira fala foi coordenada por uma professora e pesquisadora do Departamento de Psicologia da UFPB, trazendo a conceituação da aprendizagem profissional, seus benefícios e trazendo reflexões sobre uma dúvida presente historicamente: “como trazer experiências de trabalho para jovens de modo adequado ao seu desenvolvimento?”. Após isso, foi seguida por uma fala de um representante de uma instituição do terceiro setor e coordenador de um projeto de socioaprendizagem, o qual trouxe sua experiência de vida e de alunos na socioaprendizagem como exemplos da maneira que o projeto afeta não só com conteúdos e experiências, mas também emocionalmente.

Como já apontado, a condição do trabalho pela via da aprendizagem, permite que adolescentes e jovens trabalhem de maneira regulamentada a partir dos 14 anos, segundo o Artigo 60 do ECA (Brasil, 199). O módulo da Aprendizagem Profissional foi um dos mais bem avaliados do curso, e obteve um alto nível de

engajamento, por ser uma proposta concreta de ação, já elaborada e disposta na lei, podendo ser apresentado às famílias dos alunos como forma de inseri-los no trabalho, sem gerar perdas ao processo de escolarização.

No terceiro dia foi ministrado o sexto módulo denominado “Enfrentamento ao trabalho infantil pela política de educação” foi dividido em duas falas. A primeira, realizada no turno da manhã, discutiu sobre “Políticas Educacionais, programas suplementares e enfrentamento ao trabalho infantil” e foi realizada por uma professora do Departamento de Fundamentação da Educação da UFPB, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, discutindo sobre os mecanismos presentes na rede de proteção à criança e ao adolescente para o enfrentamento ao trabalho infantil. No turno da tarde, a fala se direcionou sobre “O enfrentamento ao trabalho infantil no Plano Nacional de Educação” sendo ministrada por uma representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação dando uma perspectiva no âmbito nacional sobre o movimento de enfrentamento ao trabalho infantil pela política de educação. A participação de palestrantes externos às instituições de organização no evento ratificou a articulação do projeto com a sociedade em prol de oferecer um processo formativo de qualidade aos gestores, tornando conhecidas também as diversas instituições ligadas ao enfrentamento ao trabalho infantil.

No último dia de curso, no turno da manhã, foi trabalhada a temática do Protagonismo juvenil no enfrentamento ao trabalho infantil, com a participação de um pedagogo representante do FEPETI-PB e integrante da Rede Margaridas Pró Criança e Adolescente (REMAR/PB). A participação de crianças e adolescentes no curso abriu espaço para o diálogo entre os alunos e os gestores. Os diferentes pontos de vista, por um lado, os alunos que vivenciam esse processo e também precisam entender a importância desse enfrentamento ao trabalho infantil, e a importância garantia de direitos, e por outro lado os gestores que necessitam responder às demandas dos planos de educação e leis de proteção à infância, tiveram nessa situação a oportunidade de estabelecer um diálogo potente, dado que são duas partes importantes de uma mesma questão.

No turno da tarde, ocorreram os últimos módulos abordando respectivamente o fluxo do trabalho infantil, ministrado, conjuntamente, por duas psicólogas docentes e pesquisadoras da UFPB e uma analista ministerial do Ministério Público da Paraíba. No nono e último módulo, versou sobre as experiências de gestão no enfrentamento ao trabalho infantil, e teve como ministrante uma gestora da rede municipal de educação com experiências na rede de proteção à

criança e ao adolescente do município. Considerou-se essencial a participação, como palestrante, de uma gestora que ocupa o mesmo lugar que os gestores em formação, pois através dessa identificação foi possível conectá-los e apresentar os impedimentos e as possibilidades de superá-los do lugar de quem vive isso no cotidiano.

Os temas e formatos propostos foram pensados em acordo com a extensão universitária na ótica freireana (Gadotti, 2017), e buscou-se na execução do curso promover o que havia ficado limitado no seminário, ou seja, mais espaço de debate, e participação ativa dos gestores escolares nos momentos de fala dos ministrantes. Nessa perspectiva foi possível uma troca entre o chão da escola, suas limitações e seus caminhos. Ressalta-se ainda que além dos conteúdos teóricos, aproximar a escola dos diversos componentes da rede de proteção à infância e à adolescência, como as instituições públicas e as ONGs, e como essas atuações estão interligadas, fomentou o campo de possibilidades de intervenção desses gestores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já apresentado, os dados nacionais apresentam números altíssimos quando se trata da incidência do Trabalho Infantil. Com esse cenário, capacitar adequadamente os profissionais da educação é imprescindível, visto que como há diversas crenças sobre o trabalho infantil e seus impactos, pode haver uma naturalização dessa problemática, mesmo por profissionais da educação. Por isso, promover uma cultura escolar engajada em reconhecer, valorizar e proteger a infância e a adolescência é essencial.

A criação de espaços de trocas de experiências, além de proporcionar formação aos participantes, contribuiu para a formação das extensionistas. Foi possível, ao acompanhar essa formação, observar a relação entre teoria e prática e seu movimento dialógico. Considerando que a psicologia tem lugar tanto na escola quanto nas políticas públicas que se articulam a ela, a experiência de participar na organização de uma extensão que aborda questões do ambiente escolar, colaborou para a formação das alunas em diversas áreas, tanto por meio das reuniões da equipe quanto dos cursos e seminários sobre o tema do trabalho infantil.

Dessa forma, somando a teoria e a experiência prática dos participantes e palestrantes, especialmente no que diz respeito às políticas públicas de

educação, as extensionistas puderam desenvolver um pensamento crítico e atento às problemáticas sociais historicamente presentes na sociedade. Nesse sentido, considera-se que, além dos ganhos devido ao contato com diferentes falas durante os módulos, foi essencial o contato com diferentes profissionais participantes da política de educação e da rede de proteção à criança e ao adolescente de modo a construir profissionais com experiências na observação da articulação entre profissionais e instituições públicas.

A realização das formações dos gestores escolares, como parte de uma estratégia de formação mais ampla de profissionais da educação, foi de fundamental importância para o fortalecimento do combate ao trabalho infantil através da rede de proteção. A escola representa um espaço com imenso potencial de transformação da realidade, desde que sejam conduzidas ações com intencionalidade de proteção e promoção ao desenvolvimento humano. Entendendo o trabalho infantil como uma violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes os profissionais que atuam na educação, especificamente gestores escolares que estão mais próximos dos processos de notificação legal, podem agir de maneira mais direta nesse cenário. A partir dessa experiência, ratifica-se a necessidade da parceria entre a universidade, as secretarias de educação e o poder público. Ações como essa explicitam o papel da universidade para com a sociedade civil.

Apesar do êxito da formação dos gestores, cabe apontar as limitações de recursos nos diversos âmbitos, principalmente na infraestrutura da universidade que sediou o evento, e também de outros recursos como alimentação e transporte para a equipe organizadora, e para os participantes. Com isso apareceram ao longo do período do curso avaliações negativas por parte dos gestores. Reafirma-se aqui a importância da preservação e ampliação dos espaços físicos das universidades públicas que são palco da maior parte da produção e disseminação de conhecimento do país.

Em suma avalia-se positivamente a execução do curso e do seminário para a formação das/dos trabalhadoras/es da educação, pois a escola é o espaço, além da própria casa, onde a maioria das crianças passa a maior parte do tempo, por isso, local propício às intervenções ligadas a erradicação do trabalho infantil. Devido às limitações do tempo e recurso, o projeto focou a formação apenas de uma parte dos profissionais das escolas, deixando ainda uma lacuna para projetos futuros relacionados à formação de professores nesta temática. Por fim, esse projeto de extensão concluiu seu propósito de fomentar a construção de uma

sociedade mais comprometida com a proteção das crianças e adolescentes do país.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. de F. P. A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa - PB. 2002. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

ALBERTO, M. de F. P.; SANTOS, D. P. Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões a luz de Vigotski. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 2, p. 209-218, 2011.

ALBERTO, M. de F. P.; SILVA, A. C. S. da; SANTANA, R. V. M.; VASCONCELOS, T. T. V. A.; CIRINO, D. C. S. O trabalho infantil na atividade informal urbana em Guarabira - PB: um diagnóstico rápido à luz de Vigotski. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho. 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3o, alínea "d", e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 25 out. de 2024.

CERVINI, A. Trabajo infantil y logro escolar en América Latina - los datos del SERCE. Revista Electrónica de Investigación Educativa, v.17, n.2, p.130-140. 2015.

COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019-2022). Brasília, DF: CONAETI, 2019. Disponível em: https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-ti-e-protecao-ao-adoles_D9j5v2b.pdf. Acesso em 25 out. 2023.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê?. Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2023. Brasília: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html> Acesso em: 22 fev. 2024.

PARAÍBA. Secretaria de estado do Desenvolvimento Humano. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba. Plano decenal estadual de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador da paraíba 2023 - 2032. João Pessoa, PB: SEDH, 2023. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/conteudo-de-links/02-trabalho-infantil-1-docx-1.pdf>. Acesso em 25 out. 2024.

RIBEIRO, A. C.; PEDROSO, F. I.; ARBOIT, J.; HONNET, F.; PAULA, C. C.; LEAL, T. C.; BRUM, M. H. C. Confronting situations of violence against children and adolescents from the perspective of Guardianship Counselors. Revista Da Escola De Enfermagem Da USP, São Paulo, v. 56, p. e20220322, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342022000100507&tlng=en. Acesso em: 25 out. 2024.

SANTOS, D. P.; ALBERTO, M. F. P. Trabalho infantil, luta e enfrentamento: da história do movimento aos movimentos da história. João Pessoa, PB: Editora UFPB, 2020. Disponível em: <https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/562/826/6624>. Acesso em 16 set. 2023.

SANTOS, D. P.; ALBERTO, M. F. P.; SANTOS, C. B. Child labour implications for adults: experiences and childhood. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. spe., p. 91-100, 2013.

SILVA, W. C. O trabalho infantil e o dano à saúde mental: Uma realidade além da existência digna. *Derecho y Cambio Social*, v. 11, n. 38, p. 13, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Resolução RE nº 61, de 23 de dezembro de 2014. Altera a Resolução nº 09/1993 do CONSEPE, que regulamenta as atividades de Extensão da UFPB e dá outras providências. CONSEPE: João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://proex.ufpb.br/proex/contents/menu/diretrizes-da-extensao/resolucoes-da-extensao>.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.